

## HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL: CONFIGURAÇÕES ORGANIZACIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Joice Zagna Valent  
Marcelo Antônio Conterato  
Leonardo Xavier da Silva  
Vinicius Dornelles Valent

### Resumo

A heterogeneidade estrutural e produtiva no setor agrícola brasileiro pode ser observada pela concentração dos fatores de produção e desequilíbrios regionais. Esta heterogeneidade implica em modificações na agricultura. Nesse contexto, a agricultura familiar busca novas estratégias de relações sociais e produtivas, transformando as relações políticas e institucionais. Em vista disso, o presente estudo aborda as causas e o surgimento de novos arranjos organizacionais da agricultura familiar e as cooperativas como organizações que apoiam a diversidade agrícola. Assim, o objetivo foi entender a heterogeneidade da agricultura familiar e suas configurações organizacionais, por meio de uma pesquisa bibliográfica. Muitos agricultores familiares encontram oportunidades em um ambiente marcado pela heterogeneidade estrutural. A configuração de cooperativas pode tornar-se uma oportunidade de reduzir os custos de transação, de promover a diversidade agrícola e diminuir a desigualdade social e econômica.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Heterogeneidade. Cooperativismo.

### 1. INTRODUÇÃO

Para que seja realizada uma reflexão abrangente sobre a agricultura familiar é necessário contextualizá-la. Existem fatores que são imprescindíveis para o bom desenvolvimento desta categoria, tais como: condições agroecológicas e as características territoriais; ambiente político; acesso aos mercados; o acesso à terra e aos recursos naturais; acesso à tecnologia e a serviços de extensão; o acesso ao financiamento; condições demográficas, econômicas e socioculturais; disponibilidade de educação especializada; entre outros (FAO, 2014). Dessa maneira, a agricultura familiar possui muitos elementos que podem influenciar o processo de tomada de decisão destes agricultores. De modo abrangente, aspectos sociais, ambientais, éticos, culturais e ideológicos estão acima do econômico para muitos deles, podendo influenciar, sobretudo, sua escolhas (GOMES; REICHERT, 2011).

Nesse sentido, levando em consideração o meio, é possível afirmar que a agricultura familiar está ligada a áreas fundamentais do desenvolvimento rural. Para Kageyama (2008),



este desenvolvimento envolve a dimensão econômica, a sociocultural, a ambiental e a político-institucional.

No Brasil existe a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 que define agricultura familiar conforme os seguintes aspectos: I) não deter área maior do que quatro módulos fiscais; II) utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento; III) ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio empreendimento; IV) dirigir o empreendimento com sua família. Porém, para Alves e Castro (2010), esta definição serve para separar quem vai se beneficiar, ou não, de políticas do governo e não representa paradigma de tomada de decisão pela família que seja diferente daquele da chamada agricultura comercial.

A intenção da referida Lei é estabelecer as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A partir dela, a agricultura familiar passou a ter uma definição legal. O conceito “agricultura familiar” não é inédito no arcabouço legal brasileiro. Conceitos muito próximos já vinham sendo utilizados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, ou nos segurados especiais em regime de economia familiar da Previdência Social. Com o passar do tempo, o Pronaf tornou-se uma demonstração da heterogeneidade da agricultura (GRISA, 2012; IBGE, 2015).

Pedroso (2014) faz algumas críticas conceituais à referida Lei, afirmando que a noção de agricultura familiar não contempla o vasto conjunto de pequenos produtores rurais, ou seja, aqueles estabelecimentos que detêm menores áreas e comandam recursos escassos de equipamentos, terra e capital. Estas famílias rurais são, geralmente, as mais pobres. A Lei 11.326 é mais restritiva quanto às características da agricultura familiar, porém não significa que seja desatualizada. O fator determinante neste caso é que novos modelos de agricultura familiar surgiram e estão surgindo e, desta maneira, modificam as relações políticas e institucionais. Com estas configurações emergentes, os critérios deveriam ser flexíveis para as novas categorias de agricultura familiar emergirem no meio rural. Com estas novas categorias, a heterogeneidade agrícola se faz presente. Mas como se origina esta heterogeneidade? Inicialmente, existe um contraste entre dois grupos. Em um certo momento, um grupo acelera sua taxa de inovação, o que se traduz em mudança estrutural e diversificação produtiva. A tecnologia gradualmente se difunde ao conjunto do sistema de forma que surge uma economia homogênea (níveis similares de produtividade do trabalho) e

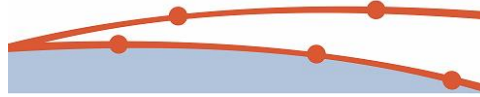


diversificada (existem numerosos setores ou ramos produtivos). No outro grupo, o progresso técnico penetra de forma parcial e apenas nos setores mais vinculados à exportação. A estrutura que emerge nesse contexto é heterogênea (partes importantes do emprego permanecem em níveis próximos à subsistência) e especializada (mínima densidade e integração da matriz produtiva). Essa economia não será capaz de gerar o impulso dinâmico necessário para que se difunda o progresso técnico e para que se gerem empregos em atividades de mais alta produtividade – que possam eventualmente eliminar a heterogeneidade (PORCILE, 2010).

No caso do Brasil, ela é marcada por fortes desigualdades sociais e econômicas. Uma das razões de existência da heterogeneidade rural brasileira é o nível de intensidade tecnológica. Para Schneider (2009), a heterogeneidade estrutural e produtiva no setor agrícola brasileiro pode ser observada por meio da concentração produtiva em poucas atividades, concentração dos fatores de produção e desequilíbrios regionais. Esta heterogeneidade também implica em modificações, reações e alternativas na agricultura. A busca de novas estratégias emerge a partir de estilos de agricultura, práticas agrícolas e relações sociais existentes, as quais simultaneamente reproduzem ou transformam o meio.

A heterogeneidade observada no espaço rural é como “estilos de produção”. Estes estilos vão de diferentes formas de agricultura camponesa, a combinações altamente complexas, como a agricultura patronal. Uma perspectiva centrada nos atores parte do pressuposto de que diferentes agricultores (ou categorias de agricultores) definem e operacionalizam seus objetivos e práticas de gerenciamento agrícola com base em diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas. Isto é, os agricultores desenvolvem, ao longo do tempo, projetos e práticas específicas para a organização de sua atividade agrícola. O resultado destas práticas reflete na heterogeneidade agrícola existente, que pode ser analisada em aglomerados de estilos específicos de agricultura (HOFSTEE, 1985; PLOEG, 2006). A diversidade interna da agricultura familiar requer ações específicas para promover a produção e realocar recursos para os diferentes segmentos (VIEIRA FILHO, 2013).

Nesse contexto e sob a análise das configurações alternativas de agricultura familiar, este trabalho aborda três temas: as causas e o surgimento de novos arranjos organizacionais da agricultura familiar e as cooperativas como organizações que apoiam a diversidade agrícola. Neste sentido o objetivo do presente estudo foi entender a heterogeneidade da agricultura familiar e suas configurações organizacionais. Para tanto, a pesquisa foi



classificada como bibliográfica, pois consiste no levantamento de referências teóricas já publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites* (FONSECA, 2002). Os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema. Este tipo de investigação é útil para integrar as informações de estudos realizados separadamente e para observar resultados que são conflitantes. Assim, temas que necessitam de evidência são identificados e orientam investigações futuras (GIL, 2007).

Essa análise flui de um interesse na forma econômica, a auto-organização coletiva, e suas fundações sociais e institucionais. Ela também flui de interesses históricos, tanto na evolução da agricultura familiar como nas lógicas organizacionais dominantes no Brasil e em que medida as alternativas de cooperação surgiram durante este século. Uma preocupação é identificar as condições para a heterogeneidade e formas organizacionais alternativas (Powell, 1991; Scott, 1995).

## **2. AS CAUSAS DA EMERGÊNCIA DE NOVAS FORMAS ORGANIZACIONAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR**

Com a finalidade de entender novas manifestações organizacionais na agricultura familiar, faz-se necessário considerar, em primeiro lugar, os processos de formação de classes na agricultura brasileira. Neste sentido, dá-se o surgimento de três grupos distintos, dotados de particularidades, no tocante à composição e ao desenvolvimento dos fatores produtivos, conforme Sorj (2008):

- Um destes grupos formou-se por empresas orientadas pela lógica de produção capitalista, com ênfase no capital e na tecnologia contemporânea (de atualização constante) como principais elementos de maximização e concentração de riqueza;
- Um setor de empresas familiares altamente capitalizadas, fundadas no trabalho familiar com pouca ou nenhuma utilização de trabalho assalariado;
- Um setor de produção tradicional, baseado na pequena propriedade familiar ou arrendamento e parceria tradicional e na exploração pecuária extensiva.



A ênfase do trabalho está nos dois últimos grupos de agricultores, por que visa à compreensão da organização destas categorias no meio rural marcado por uma forte heterogeneidade agrícola estrutural e produtiva.

A formação do conceito de agricultura familiar é relativamente recente no Brasil. Este processo é heterogêneo e não observa o mesmo ritmo e abrangência em todas as regiões rurais. Esta irregular “velocidade de mudança” explica a formação de estruturas sociais ilustrativas da “heterogeneidade estrutural” do mundo rural. A transição que transforma os camponeses em agricultores familiares está entre uma sociedade pretérita dominada por formas de produção camponesas e uma sociedade onde predominam os agricultores (pequenos ou não) integrados aos circuitos monetários do regime econômico dominante e aos múltiplos mercados (NAVARRO, 2010).

Denardi (2001) também discute o surgimento da agricultura familiar. Ele relata que há alguns anos atrás se falava em pequena produção, pequeno agricultor, agricultura de baixa renda ou de subsistência e campesinato. Porém, estes conceitos envolvem um julgamento prévio sobre o desempenho econômico destas unidades. O que se pensa tipicamente como pequeno produtor é alguém que vive em condições muito precárias, que tem um acesso nulo ou muito limitado ao sistema de crédito, que conta com técnicas tradicionais e não consegue se integrar aos mercados mais dinâmicos e competitivos. Entretanto, dizer que estas são as características essenciais da agricultura familiar é desconhecer os traços mais importantes do desenvolvimento agrícola, tanto no Brasil, como em países capitalistas avançados nos últimos anos. É em torno da agricultura familiar que, nos países capitalistas centrais, organizou-se o desenvolvimento agrícola.

Porém, o processo de modernização da agricultura pode levar à desigualdade regional e produtiva. Este fato se dá porque alguns dos agentes econômicos são capazes de incorporar e absorver conteúdo tecnológico, enquanto outros permanecem excluídos do ambiente organizacional inovador e, conseqüentemente, dos processos de aprendizagem e de divulgação de novas técnicas e conhecimento produtivo (VIEIRA FILHO, 2013). Assim, é necessário compreender a heterogeneidade estrutural da agricultura familiar para propor soluções de produção. Estas proposições podem beneficiar as regiões que são menos avançadas e proporcionar novas formas organizacionais para a agricultura familiar.

Pelo fato de pequenos agricultores não terem acesso ao mesmo ambiente institucional e tecnológico, que grandes empresários rurais, por vezes, algumas propriedades agrícolas



familiares tornam-se inertes e com pouca legitimidade. Para reverter essa situação e diminuir as diferenças, novas formas de agricultura familiar emergem em circunstâncias instáveis. O surgimento de novas organizações rurais familiares é o reflexo das mudanças e variabilidade organizacionais.

No entanto, a estratificação tecnológica revela um elevado grau de variabilidade da produtividade do trabalho em todos os estabelecimentos produtivos. Esta variabilidade pode ser devida à natureza específica do caminho tecnológico seguido pela agricultura. Agentes produtivos têm habilidades diferentes para absorver conhecimento tecnológico. As inovações tecnológicas impulsionadas por mudanças institucionais, em conjunto com especificidades regionais produtivas, contribuem para uma maior desigualdade na produção e no crescimento agrícola, favorecendo a dinâmica e zonas organizacionais inovadoras, enquanto algumas regiões ficam estagnadas com a exclusão da moderna produção (VIEIRA FILHO, 2013).

Nesse contexto, a dinâmica agrícola ilustra os aspectos pelos quais as instituições desempenham seu papel (LONG, 2001). Assim, a heterogeneidade na agricultura deve ser analisada como prática social, ambiental e econômica. Para entender a heterogeneidade agrícola, é preciso conhecer suas práticas.

Posto isso, as diferentes condições institucionais, sociais, econômicas, ambientais e tecnológicas são responsáveis por um ambiente heterogêneo desfavorável, gerando desigualdade social e econômica. Porém, este mesmo ambiente instável cria condições para os agricultores diversificarem em suas propriedades. Assim, eles também se tornam heterogêneos para se adaptar às diferenças e diminuir as desigualdades rurais. Esta heterogeneidade, para Long (2001) é uma forma de desenvolvimento rural.

Na heterogeneidade agrícola, novas práticas são apresentadas e legitimadas. A produção orgânica de alimentos é um exemplo desta heterogeneidade, porque se mostra como uma alternativa para modificações de práticas produtivas. Assim, novas estratégias surgem a partir de uma prática agrícola sustentável. Novas relações sociais se formam, diminuindo a desigualdade no meio agrícola. Para North (2006), desta forma, novas organizações (jogadores) surgem com pessoas dedicadas a determinada atividade e com o objetivo de tornarem-se legítimas na comunidade. O ambiente institucional é que determina se este objetivo será alcançado, principalmente por causa do relacionamento com a comunidade, do comportamento, dos códigos de conduta, da valorização da cultura local, do aprendizado, entre outros.



Dessa forma, há a presença da heterogeneidade, pois algumas organizações não têm acesso às mesmas condições institucionais e tecnológicas do que outras. Assim, sob condições de incerteza, a adaptabilidade do setor agrícola pode ser vista como resultante do ambiente organizacional (que é dinâmico) onde os produtores estão inseridos. Estes produtores moldam os padrões do desenvolvimento agrícola.

O conceito de inércia estrutural também retrata essa situação. Ele disserta que as organizações frequentemente têm dificuldades para mudar suas estratégias conforme as rápidas mudanças ambientais. Estas dificuldades para a mudança podem ser em virtude do acesso restrito à tecnologia e políticas públicas específicas, o que demonstra heterogeneidade estrutural no setor agrícola brasileiro e também pode ser observada por meio da concentração produtiva em poucas atividades. Devido às diferentes condições institucionais, ambientais e tecnológicas, as empresas rurais devem mudar estratégias, renovar projetos e adequar seus meios produtivos para combater a desigualdade gerada por determinados ambientes heterogêneos no meio rural (HANNAN E FREEMAN, 1977). Nesta situação, novos arranjos produtivos da agricultura familiar surgem para combater as desigualdades sociais e econômicas.

A região sul do Brasil inclui estabelecimentos de alta intensidade tecnológica. Esta afirmação deixa claro que a agricultura familiar pode combinar alta tecnologia, alta produtividade de trabalho e baixa desigualdade produtiva, desde que exista um ambiente institucional que estimule crescimento e inovações tecnológicas para os agricultores familiares (VIEIRA FILHO, 2013).

Então, as causas da emergência de novas formas organizacionais na agricultura familiar são decorrentes da necessidade de acompanhar a evolução do mundo capitalista; da promoção de inovações; da diversificação da produção com vistas ao aumento de renda; do reconhecimento regional e da legitimidade que obtêm; da valorização da cultura local e preocupação com a sustentabilidade e dinâmicas territoriais; da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional; da pluriatividade; da conquista de novos mercados; da participação política e democrática por meio da ação coletiva. Estes aspectos podem formar um conjunto ou parte deles estar associados. Desta forma, a agricultura familiar cumpre diversos papéis no desenvolvimento rural, por meio de um conjunto de práticas e ações desenvolvidas na agricultura. Neste contexto, torna-se difícil de captar a heterogeneidade social, produtiva e estrutural das novas formas familiares.



### 3. O SURGIMENTO DE NOVOS ARRANJOS ORGANIZACIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A elevada especialização produtiva e concentração de renda e recursos afetam o desenvolvimento sustentável do setor agrícola em suas diversas dimensões. Analisadas do ponto de vista da heterogeneidade estrutural, as políticas públicas têm sido falhas tanto na difusão de tecnologia aos pequenos produtores rurais como também no incentivo ao ganho de escala neste grupo. Disparidades inter-regionais também evidenciam a fragilidade de grande parte de produtores e mostram distintas trajetórias da agropecuária brasileira (SANTOS e VIEIRA FILHO, 2012).

Apesar das dificuldades encontradas, a agricultura familiar precisa cumprir seu papel agrícola por meio da geração de renda, produção de alimentos, estabilização dos agricultores em seus locais de origem, desenvolvimento econômico local e fortalecimento institucional das estruturas públicas, ocupação da mão de obra, gestão dos recursos naturais e superação da pobreza e inclusão social produtiva (PERACI, 2011). Neste contexto, a introdução de novas tecnologias gera mudanças sociais e econômicas. A agricultura familiar (em suas diversas manifestações) necessita de políticas públicas para facilitar o acesso aos mercados, ao progresso técnico, as políticas agrícolas vigentes, para ter autonomia e geração de renda.

As referidas mudanças, que geram novos arranjos, são vistas sob um prisma otimista, pois promovem novas interações sociais (WOOD JR, 2000). As organizações (familiares ou não) mudam frequentemente para alcançar um melhor ajuste com seus ambientes. Ou seja, a mudança organizacional muitas vezes aumenta as chances de sobrevivência das organizações familiares. Porém, todo processo de mudança é dinâmico e exige ajustes à realidade. Então, as novas práticas produtivas são adotadas, o que modifica a rotina de trabalho dos agricultores e exige aprendizado constante.

Essas novas práticas podem aumentar a confiabilidade e a legitimidade dos agricultores familiares em suas comunidades. Há uma considerável tendência de novos arranjos organizacionais familiares formarem-se em um ambiente heterogêneo. O desenvolvimento de estratégias agiliza respostas às oscilações do ambiente e desempenha um papel cada vez mais importante no apoio a estas formas organizacionais emergentes. Até determinado ponto, manifestações particulares de estruturas organizacionais, tais como organizações em cooperativas, redes, alianças, *clusters*, parcerias e *joint ventures*





representam tentativas de resolver as contradições inerentes à agilidade competitiva. Este paradoxo sugere que, em contexto de rápida mudança onde os mercados são cada vez mais globais, as organizações precisam ser flexíveis (para que possam responder rapidamente às ameaças competitivas) e ainda devem permanecer estáveis (para que possam aprender e crescer alicerçadas em seus pontos fortes). Nestes casos, cabe refletir sobre quais sistemas e instrumentos estão disponíveis para incentivar um equilíbrio produtivo entre flexibilidade, competitividade e estabilidade das novas formas de organização da agricultura familiar (OSBORN, 1998).

Dessa maneira, é possível empregar, em paralelo, dois dispositivos teóricos que oferecem uma robusta explicação das emergentes formas de arranjos institucionais da agricultura familiar: a Sociologia Econômica e a Economia dos Custos de Transação (ECT). A primeira, aplicada às formações de rede sociais, trata da eficácia destas disposições, enfatizando as magnitudes da confiança e da adesão entre as partes (WILKINSON, 2008). Já a segunda repousa sua ênfase tanto na especificidade de ativos quanto no surgimento de novas instituições oriundas de relações informais. Nesta a abordagem conjunta, as capacidades das redes são avaliadas em contraponto àquelas das hierarquias gerenciais verticalmente integradas. Em termos de competitividade, cada forma deriva das diferentes capacidades organizacionais que possuem e inexistente uma forma inerentemente superior (CARNEY, 1998). Por meio do apoio a diferentes estratégias, redes e hierarquias podem coexistir. Assim, estabelece-se uma distinção entre as redes que (1) dependem de apoio comum e confiança e (2) redes cujo dinamismo assenta-se sobre empreendedorismo individual e autônomo. A ausência de confiança, ou o excesso de zelo empreendedor, gera, para a organização, um ambiente de dependência em ativos genéricos. A confiança, por outro lado, cria as condições em que as comunidades organizacionais podem desenvolver ativos específicos da agroindústria, capazes de fornecer serviços reais às formas de rede que não estão disponíveis nos canais de mercado. A competitividade de uma rede de produção é uma função do valor criado, acrescentando atividades realizadas por atores e as respostas coletivas feitas às perturbações externas (WILKINSON, 2008).

Essas perturbações estão relacionadas com a heterogeneidade estrutural que merece uma atenção cada vez maior por parte dos governos. Algumas medidas procuram facilitar o acesso das pequenas e médias empresas rurais à tecnologia. Também (ainda timidamente) procura-se qualificar os trabalhadores. Mas os dados indicam que uma absorção dinâmica do



subemprego exige taxas mais elevadas de crescimento e políticas tecnológicas que estimulem o adensamento da matriz produtiva (PORCILE, 2010).

Do ponto de vista microinstitucional (regras que regulam uma relação específica entre pessoas, associações, cooperativas ou empresas) o papel das instituições é especialmente importante para a agricultura familiar. Este ambiente microinstitucional pode pensar em políticas públicas que ofereçam as mesmas condições econômicas, institucionais, tecnológicas e ecológicas para todos os agricultores. Assim, o meio rural se tornaria mais homogêneo com as mesmas oportunidades para todos os trabalhadores rurais. Enquanto estas condições não forem acessíveis, os agricultores promovem mudanças e desenvolvem projetos e práticas específicas para a organização de sua atividade agrícola.

Ressalta-se a importância do agricultor familiar saber “o que” e “por que” está mudando ou adaptando suas práticas de manejo na propriedade. Muitas vezes os produtores familiares minimizam os riscos da exclusão do mercado operacionalizando novas práticas agrícolas, baseadas em diferentes critérios e experiências. Assim vão adaptando-se ao ambiente dentro dos limites tecnológicos e do acesso ao crédito e financiamentos, por exemplo. Com isso, novos arranjos podem surgir e fortalecer a agricultura familiar. Estes arranjos podem ser: redes, alianças, parcerias, *joint ventures*, reforma agrária, *clusters*, abordagens intersetoriais, construção social de mercados, ações de pesquisa e extensão orientadas para as famílias de agricultores familiares, estratégias para atrair a permanência da juventude no meio rural e formação de cooperativas (arranjo discutido neste trabalho).

Então, os novos arranjos organizacionais da agricultura familiar surgem para combater as dificuldades ocasionadas pela heterogeneidade estrutural. Assim, a agricultura familiar pode continuar competitiva, cumprir legislações ou regulamentações pertinentes, introduzir novas tecnologias ou atender as variações nas preferências de consumidores ou de parceiros. Para que isso aconteça, Schneider (2010) argumenta que o desafio para a agricultura familiar consiste na melhoria de sua capacidade de interação social e inserção em mercados locais ou não padronizados (merenda escolar e programas sociais) e de sua grande capacidade de inovação por meio da experimentação (*learning-by-doing*) e aprendizagem coletiva por conhecimento tácito em um contexto de “economia da qualidade”.



#### 4. AS COOPERATIVAS COMO ARRANJO DA AGRICULTURA FAMILIAR

As cooperativas oferecem abertura para o diálogo e comunicação dos aspectos envolvidos nas mudanças, minimizando as resistências diante das mesmas. Os movimentos de cooperação estão associados às lutas pela sobrevivência, às crises econômicas, políticas e sociais, bem como às mudanças.

Apesar das cooperativas agropecuárias enfrentarem desafios particulares para se adaptarem às novas realidades dos mercados agrícolas contemporâneos, elas também representam uma forma de diminuir as desigualdades causadas pela heterogeneidade estrutural na agricultura familiar. Isto se deve em razão de sua arquitetura organizacional regida por princípios doutrinários estabelecidos em 1844 em Rochdale, na Inglaterra, quando se estabeleceu a primeira cooperativa na sua forma atual. Os princípios doutrinários cooperativos são: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade (CECHIN, 2014).

Dessa maneira, os agricultores motivados para a cooperação tornam-se mais flexíveis e menos resistentes às mudanças, contribuindo de modo efetivo para o desenvolvimento do trabalho conjunto. Esta condição de abertura ao novo é reforçada pela participação democrática e uma postura embasada na construção do “saber cooperar”. A cooperação baseia-se na participação das pessoas em atividades econômicas e com interesses comuns, constituindo, assim, um empreendimento. Estas atividades podem ser agropecuárias, industriais, comerciais e/ou prestação de serviços com vistas a atingir o bem comum e promover uma reforma social dentro do capitalismo. (LIMBERGER, 1996).

Para Mazurkiewicz (2005), o conceito de cooperação enfoca a sustentabilidade e sinergismo. Cada cooperativa cria-se no processo de constante aprendizagem e adaptação. É um progresso medido com libertação de uma quantidade adequada de sinergia individual e comum. Assim, o desenvolvimento mútuo de cooperação deve aumentar os lucros, mas uma organização deve respeitar seu ambiente para não levar à estratificação social.

Nesse contexto, a cooperação contribui de forma positiva na agregação de valor, aprendizagem mútua, preservação do ambiente e na promoção do desenvolvimento rural. As cooperativas agropecuárias compostas por agricultores familiares podem contribuir para este desenvolvimento, pois representam uma maneira de sobrevivência no ambiente concorrencial



e seletivo, marcado por forte heterogeneidade estrutural. Assim, em um ambiente marcado por constantes mudanças e diferentes campos de ação, as cooperativas buscam técnicas eficientes de gestão e posturas estratégicas voltadas para o mercado. Com isso, o planejamento e a velocidade de resposta às mudanças institucionais e ambientais se tornaram imprescindíveis para a sustentabilidade destas organizações (ROSSÉS et al, 2010).

Referente ao estudo da heterogeneidade na agricultura e considerando o perfil e as competências deste setor, políticas públicas podem ser direcionadas no sentido de inserir agricultores familiares em cooperativas, para ampliar sua capacidade competitiva e garantir mercado interno (SANTOS e VIEIRA FILHO, 2012). Historicamente, as principais funções das cooperativas agropecuárias para os produtores rurais são: a) barganha por melhores preços; b) possibilidade de agregar valor ao produto; c) acesso a mercados, inclusive internacionais; d) possibilidade de acesso e adoção de tecnologia (CECHIN, 2014). Por isso, a organização de agricultores familiares em cooperativas é uma alternativa para diminuir a heterogeneidade estrutural.

Mas, será que as cooperativas agropecuárias de produtores rurais familiares, no Brasil, têm respondido aos desafios de coordenação e inovação colocados pelos mercados agroalimentares contemporâneos? Mesmo com os problemas inerentes a sua arquitetura organizacional, as cooperativas agropecuárias possuem capacidade de gerenciar de forma eficiente um grande número de contratos e conseguem, assim, diminuir custos de transação e de comercialização para os agricultores familiares.

As cooperativas são, principalmente, um importante instrumento de difusão de tecnologias no Brasil rural, em particular, de melhorias em preparação do solo, no cultivo, na colheita e na pós-colheita. As cooperativas disseminam a informação a todos os seus associados, o que permite uma implementação de mudanças e aperfeiçoamentos mais abrangentes no grupo, quando se compara a um grupo de produtores não associados (CECHIN, 2014).

O cooperativismo, apesar de parecer antigo, está atrelado à imagem atual da agricultura familiar que, por sua vez, está associada com adjetivos considerados positivos, tais como: moderna, eficiente, sustentável, solidária e produtora de alimentos. Estas características estão intimamente vinculadas ao processo de construção da agricultura familiar, enquanto modelo de agricultura do tempo presente e do agricultor familiar como personagem político. Uma cooperativa agropecuária proporciona este envolvimento político e



social, onde a agricultura familiar tem importância socioeconômica, tem poder de decisão, capacidade de diversificar e produzir alimentos (PICOLOTTO, 2014).

Para complementar esta ideia, Peraci (2011) reforça que parcerias cooperativas ou associativas são formas de melhorar as relações com o mercado, de usufruir de políticas públicas e das diversas estruturas de apoio. Ele salienta que as ações coletivas permitem menores custos de transação, facilitam o acesso às políticas agrícolas, expandem a escala e proporcionam desenvolvimento tecnológico.

Assim, as cooperativas assumem posições estratégicas de diversificação e valorização dos recursos regionais, de valorização da produção e de seus membros (WILKINSON, 2008). Percebe-se que a agricultura familiar é formada por construções coletivas e, neste caso, seria a criação de cooperativas um caminho possível para a agricultura familiar destacar-se em um mundo capitalista marcado pela competitividade nos mercados?

Para Schneider (2010), a integração de agricultores familiares e suas organizações podem fazer frente aos desafios colocados pela forma atual como o capitalismo opera na agricultura e na produção de alimentos. A análise das formas de integração destes produtores nas cadeias agroalimentares revela uma preocupação constante com os aspectos sociais deste processo. Esta preocupação deve-se ao fato de que é comum analisar um tipo de agricultura familiar mais “capitalizada”, com acesso aos mercados e as tecnologias mais modernas, localizada, principalmente, nas regiões dinâmicas das economias rurais.

Abramovay (2003), em uma perspectiva mais sociológica, recorreu à literatura sobre capital social para discorrer sobre os fatores que geram cooperação, reciprocidade e solidariedade, que seriam elementos fundamentais para ativar as economias de proximidades e relativizar os conflitos locais em torno de um ideal comum. O autor também discute que determinados ambientes são propícios para a inovação, porque neles existe uma tradição histórica de cooperação que gera capacidade de mobilização em torno de um projeto, ou uma ideia - objetivo - comum. Nestes estudos sobre ambientes são focalizadas as organizações dos agricultores, as suas formas de cooperação e as regras e normas tácitas (o capital social) existentes nos territórios. Ressalta-se a importância e o papel das instituições na formatação de um ambiente institucional cujo papel seria o de reduzir incertezas e riscos, criando formas de governança e gestão que são fundamentais para a redução de custos de transação.



Nesse contexto, a agricultura familiar tem muitos desafios para superar. As cooperativas agropecuárias podem impulsionar o desenvolvimento tecnológico da agricultura familiar, contribuindo para o desenvolvimento rural.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos agricultores familiares encontram oportunidades em um ambiente marcado pela heterogeneidade estrutural. Diferentes estruturas de governança, com custos de transação mais baixos, juntamente com um ambiente institucional favorável podem definir transformações agrícolas, alterando o ambiente. Estas mudanças podem diminuir a desigualdade social e econômica, visto que a produção agrícola está inserida em um ambiente de diversidade, onde os inter-relacionamentos e interdependências são cada vez mais complexos.

O desenvolvimento tecnológico dos agricultores familiares depende de políticas públicas voltadas para esta categoria, bem como é importante considerar os valores e o conhecimento inerentes aos produtores rurais. O trabalho e a administração do processo produtivo são assegurados diretamente pelos proprietários. A diversificação dos produtos cultivados garante diluir custos e aumentar a renda.

Independentemente da definição de agricultura familiar exposta pela Lei 11.326 de 2006 e das diversas formas que existiam antes ou que se criaram depois da referida Lei, é necessário definir estratégias de desenvolvimento rural que priorizem a expansão, o fortalecimento e o respeito a esta categoria. O desafio maior é organizar o sistema de produção a partir das tecnologias disponíveis e formar redes cooperativas. Os objetivos destas redes seriam: alcançar legitimidade, formar um ambiente mais homogêneo, ganhar escala e conquistar nichos de mercado, obter desenvolvimento tecnológico, agregar valor à produção e encontrar novas alternativas para o uso da terra, garantindo também sustentabilidade e durabilidade dos recursos naturais e a qualidade de vida da família e o fortalecimento da agricultura.

Cabe enfatizar que somente os agricultores familiares, conforme suas aspirações, limites e potencialidades, podem decidir se querem mudar, quando mudar e como mudar suas práticas agrícolas para se adaptarem aos mercados heterogêneos. É necessário um ambiente



institucional estável, com seus direitos políticos, econômicos, ambientais e sociais garantidos, para que eles se sintam seguros a fim de colocar em prática projetos de desenvolvimento.

As configurações organizacionais podem surgir em resposta ao meio heterogêneo onde estão inseridas. Este ambiente é caracterizado por concentração de terra, de capital e tecnologia, onde o ambiente institucional não é favorável aos agricultores familiares. Estes, porém, podem buscar novas estratégias, modificando o ambiente e os padrões produtivos.

A opção de discutir a formação de uma cooperativa agropecuária é por pensar que este tipo de organização pode oferecer um ambiente institucional estável, de troca de conhecimentos e informações, facilitando, assim, os processos de desenvolvimento tecnológico. Estes processos adaptativos ou de mudanças organizacionais são construções sociais, onde as famílias rurais devem assumir o papel de sujeitos ativos, no desenvolvimento econômico e cultural de suas regiões.

A complexidade dos cenários políticos e institucionais, bem como a diversidade de grupos familiares que compartilham o meio rural é ampla. Por isso, a expressão das aspirações destes agricultores traz diferentes dimensões para o desenvolvimento rural.

Esse é um trabalho que está em andamento, por isso é oportuno ir a campo para entender como os agricultores familiares organizam-se diante da heterogeneidade rural. Nesse sentido, as cooperativas são formas de combater as dificuldades encontradas na agricultura, mas também é necessário saber até que ponto seus princípios são seguidos em um sistema capitalista de produção.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Porto Alegre, 2003.

BRASIL. Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as Diretrizes para a Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 5 out. 2013.

CARNEY, M. The Competitiveness of Networked Production: The Role of Trust and Asset Specificity. **Journal of Management Studies**, v.35, p.457– 479, 1998.

CECHIN, Andrei. Cooperativas brasileiras nos mercados agroalimentares contemporâneos: limites e perspectivas. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. **O**



**mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília, DF, 2014, p. 479-508.

DENARDI, Reni Antônio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.3, 2001.

FAO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **O que é Agricultura Familiar?** 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Mário Conill; REICHERT, Lírio José. O processo administrativo e a tomada de decisão na unidade de produção agrícola de base ecológica. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA**, 7, 2011, Fortaleza. Fortaleza: Cadernos de agroecologia, v. 6, n. 2, 2011.

GRISA, C. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

HANNAN, Michael T.; FREEMAN, John H. The population ecology of organizations. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 5, 929-964, 1977.

HOFSTEE, E. W. Groningen van grasland naar bouwiand, 1750-1938: **Een agrarisch economische ontwikkeling als probleem van sociale verandering**. Wageningen, PUDOC, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Agricultura Familiar em 2006**. 2015. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006\\_2/notas\\_tecnicas.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/notas_tecnicas.pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2015.

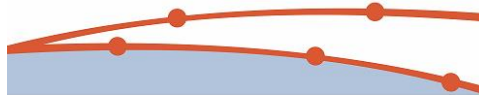
KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LIMBERGER, Emiliano. **Cooperativa: Empresa Socializante**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 1996.

LONG, N. **Development Sociology: Actor perspectives**. London: Routledge, 2001, 308p.

MAZURKIEWICZ, Artur. Introduction to the Co-operative Theory of a Region. In: **European Advanced Studies, Institute in Regional Science**, 18, 2005, Rijeka. 2005.





NAVARRO, Z. A. agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Ipea: Mapa, 2010.

NORTH, D. C. **Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico**. 3 ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.

OSBORN, C. S. Systems for Sustainable Organizations: Emergent Strategies, Interactive Controls and Semi-formal Information. **Journal of Management Studies**, v.35, p.481–509, 1998.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, 2014.

PEDROSO, M. T. M. Experiências Internacionais com a Agricultura Familiar e o caso brasileiro: o desafio da nomeação e suas implicações práticas. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF, 2014, p. 761-792.

PERACI, Adoniram Sanches. AGRICULTURA FAMILIAR: Evolución Conceptual, Desafíos e Institucionalidad. **Secretaría de la Iniciativa estudios sobre la “Agricultura Familiar y su Institucionalidad en América Latina y el Caribe**. 4ª reunión del GT2025, Quito, 2010.

PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (ed). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS. 2006, p.13-54.

PORCILE, Gabriel. Heterogeneidade estrutural: conceito e evidências na América Latina. **Revista de Economia e Tecnologia**, v. 21, 2010.

POWELL, W. Expanding the Scope of Institutional Analysis. In: W. Powell & P. DiMaggio (Eds), **The New Institutionalism in Organizational Analysis** (pp. 183–203). Chicago: University of Chicago, 1991.

ROSSÉS, G. F. et al. Sistema de Gestão em Cooperativas: o caso da Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 7., 2010, Resende, RJ: 2010.

SANTOS, G. R. dos; VIEIRA FILHO, J. E. V. **Heterogeneidade Produtiva na Agricultura Brasileira: elementos estruturais e dinâmicos da trajetória produtiva recente**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

SCHNEIDER, Sergio. Ciências sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **Campo e Território**, Uberlândia, v. 4, n. 7, p.24-62, fev. 2009.

\_\_\_\_\_, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, 2010.

SCOTT, W. R. **Institutions and Organizations**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.



SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2008. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/artigos/Estado%20e%20Classes%20Sociais%20na%20Agricultura%20Brasileira%20-%20Sorj.PDF>. Acesso em: 05 dez. 2015.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. The structural heterogeneity of family farming in Brazil. **CEPAL REVIEW**, n. 111, 2013.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WOOD JR, Thomaz. **Mudança Organizacional**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.